

Grupos e blocos: embriões de novos partidos?

Por Leda Flora

Deputados do PMDB, do PDT, do PCB, do PT e do PC do B fazem as primeiras articulações para o surgimento de um grupo suprapartidário na Assembléia Nacional Constituinte em condições de se contrapor aos conservadores e, conseqüentemente, avançar nos campos social e econômico, enquanto o líder do PFL, deputado José Lourenço, prega a formação de um bloco moderado, também suprapartidário, para cumprir papel semelhante ao do outro, embora contra o sonho esquerdista. Até agora, são duas idéias que podem ou não ganhar força e organicidade na Assembléia e, como não se tornaram realidade, também não têm donos verdadeiros. Para políticos experientes, esses grupos são esperados e de alguma forma fazem parte dos primeiros momentos constituintes, embora não tenham futuro garantido. Para outros, no entanto, os grupos existirão informalmente e, findo o trabalho constituinte, poderão alterar o quadro partidário de forma quase natural.

A Assembléia Nacional Constituinte ainda não mergulhou no trabalho para qual foi convocada, a elaboração de uma nova Carta constitucional, mas já estão esboçadas tendências de comportamento que serão traduzidas em seus dispositivos. Em princípio, a perspectiva é a de batalhas entre grupos e partidos mais à direita e mais à esquerda, o que justifica a articulação para a formação de blocos, ainda sem organicidade. Contudo, é previsível que, pelas proporções numéricas, as vezes rigorosamente radicais venham ter reflexos meramente retóricos e inconseqüentes.

Pelo perfil dos 559 constituintes eleitos, seria fácil afirmar que a futura Constituição adotará um modelo liberal, sem forte conteúdo social, pois a maioria está do centro para a direita. Contudo, como está sendo esperada uma participação maior da sociedade, alguns movimentos fatalmente terão força e poderão conduzir a posições mais progressistas.

Um fato original que cerca a Assembléia, por exemplo, é a organização de lobbies nacionalistas que vão desde a defesa da integridade do Banco do Brasil, à disposição do governo de alterar sua competência, até o das estatais, que defende a manutenção do controle do Estado sobre suas empresas e até mesmo a ampliação do setor. O lobby da grande empresa, nacional e multinacional, dos setores agrícola e dos bancos, já era uma realidade no Congresso e agora está apenas mais atento e organizado.

Os líderes

Por enquanto, a Assembléia ainda não tem líderes, exceto seu presidente, deputado Ulysses Guimarães, que ainda não explicitou se manterá uma posição de magistrado, em consonância com o cargo, ou se também cumprirá sua função constituinte. Mas não há dúvida de que exercerá sua liderança e, provavelmente, em alguns momentos, ficará dividido entre o programa do partido que preside, o PMDB, e as pretensões de um grande aliado de hoje, o presidente José Sarney.

O partido majoritário da Assembléia, o PMDB, ainda não tem um novo líder na Câmara porque a bancada é a mais dividida. Assim, qualquer que seja o eleito, terá dificuldades e, com certeza, não fará do partido um órgão unido. No Senado, como sempre ocorre, as coisas acontecem com mais tranquilidade e o líder Fernando Henrique Cardoso pisou na Assembléia com um discurso conciliador e de linha moderada. Bem diferente do que falou no passado e nos palanques da campanha de 1986.

A bancada do PFL na Câmara confirmou a permanência do deputado José Lourenço na liderança, oriundo do PDS e conhecido por suas posições conservadoras. Embora não seja um espelho fiel da bancada de 18 deputados, tem com ela grande afinidade, o que leva a crer num comportamento bem coeso dos liberais na Assembléia. Exceções existem como sempre e podem ser esperadas, por exemplo, da parte dos deputados Maria

de Lourdes Abadia (DF), Raquel Cândido (RO), Thomaz Nono (AL), e Alcení Guerra (PR).

No PDS estão os constituintes mais à direita, a começar pelo líder na Câmara, deputado Amaral Neto. No Senado, o líder e presidente do partido, Jarbas Passarinho, defende uma posição reformista que chega a incluir até a reforma agrária, desde que restrita aos latifúndios improdutivos. O PL e o PDC, pequenos e pouco influentes, ficam entre as duas linhas pedessistas. Já o PTB, sem definição ideológica, tende a seguir as regras do jogo dominante na Assembléia, isto é, da cúpula do PMDB.

Com os partidos de esquerda, a situação é bem mais clara. O PT, o PCB, e o PC do B deverão agir como sempre. O primeiro ouvirá suas bases, e os outros dois, os seus comandos. E as bancadas, sem maior poder de fogo número, atuarão em coro, sem dissidências.

Os Blocos

A expectativa de alterações no quadro partidário é fato esperado até o final dos trabalhos constituintes, e talvez já tenha seus embriões nas articulações em torno de blocos suprapartidários. O líder do PFL, José Lourenço, fala do bloco moderado, enquanto vários deputados de diferentes partidos, mas de tendência esquerdista, defendem um outro, até agora sem proposta de nome.

Para a formação do bloco esquerdista, o PT saiu na frente, pois a bancada na Câmara resolveu que seus 16 deputados devem sair buscando contatos na Assembléia com vistas a uma atuação igual. No PDT, o deputado Lysâneas Maciel (RJ) garante que conta com 37 parlamentares que formariam o núcleo básico desse grupo, todos com convicção ideológica firme.

No PCB, o deputado Augusto Carvalho entende que as alianças constituirão o grande desafio da esquerda na Constituinte, e que poderão ser ampliadas ou não ao sabor das discussões. O deputado brasileiro acredita que o bloco poderá abrigar em alguns mo-

mentos até pedessistas, desde que esteja em jogo, por exemplo, a soberania nacional, e lembra que a CUT e a CGT também terão vez na Assembléia através de seus representantes.

Esse bloco esquerdista fala em organicidade, o que parece impossível ao senador Mário Covas (PMDB-SP), para quem o grande cimento da Assembléia serão os partidos. Covas admite blocos apenas na discussão e votação de questões mais delicadas, como o direito de greve e sua extensão e a escala móvel de salários, mas acredita que o PMDB ficará unido no essencial — colocar seu programa na Carta Constitucional onde ele couber: "O partido cumprirá a história do seu papel, isto é, o seu programa, e cumprirá também sua história de rua, o que pregou, o que pretende", adianta Covas.

O senador admite mudanças no quadro partidário, mas entende que a tendência será o crescimento do PMDB e não o afastamento de seus integrantes. Assevera que os eleitos pelo PMDB têm um compromisso tão claro com a legenda que não deverão trabalhar em grupos: "Se isso fosse lógico, a tese da representação autônoma teria prevalecido na convocação da Constituinte. Ninguém chegou aqui avulso e a base de atuação será partidária".

Covas está convicto de que a Constituição de 87 ultrapassará a de 46, sob o argumento de que a sociedade exige algo além de mero liberalismo. Mas lembra que não há determinismo na direção progressista e, por isso mesmo, é preciso trabalho e atenção para que efetivamente isso venha a ocorrer.

Uma outra visão

O presidente e líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, considera fatal a formação de blocos na assembléia, congregando constituintes de partidos bem diferentes com vistas a votações exatamente iguais. Para ele, isso acontecerá com toda a naturalidade.

Passada a Constituinte, e em decorrência das posições comuns, Passarinho entende que

estará praticamente formado um partido de centro democrático reunindo os autodenominados liberais do PFL e do PF, as forças do PDS com doutrina reformista, uma boa parte do PMDB e praticamente todo o PTB.

Na opinião de Passarinho, o grande debate na Assembléia ficará entre radicais e reformistas. Os radicais, afirma o senador, vão querer a moratória unilateral, contra Lenin e Fidel Castro, aliás, enquanto os outros brigarão pelo reescalonamento da dívida e a redução das taxas de "spread". Na reforma agrária, os primeiros tentarão expropriar tudo, como primeiro passo para a coletivização, e os outros vão aceitar que apenas os latifúndios improdutivos sejam tocados.

Em alguns momentos, porém, Passarinho admite que moderados aceitem a nacionalização dos Bancos apenas porque representam setores empresariais irritados com as altas dos juros e com os custos financeiros da produção.

De toda forma, o senador pelo Pará é de opinião que o comando da constituinte, moderado, dará o tom aos trabalhos. Lembra que o deputado Ulysses Guimarães fazia um discurso ontem e hoje atua de maneira muito diferente, "num exemplo de praziz às avessas" apenas porque também acumulou a responsabilidade de participar das decisões governamentais além dos cargos formais que ocupa. Na mesma linha de Ulysses, conforme o senador, estariam o líder peemedebista no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e o da Câmara, Pimenta da Veiga. Assim, afirma que o trio, merecedor de desconfiar em passado recente, já conta, inclusive, com respaldo das áreas militares.

Com ironia, Passarinho observa, depois de lembrar a "vocaçao francesa" de Ulysses, que o deputado de agora está muito mais próximo do ex-presidente Giscard D'Estaing, um conservador, do que de François Mitterrand, um socialista e, por tudo, é possível que venha a ser "um companheiro de viagem" seu na Assembléia Nacional Constituinte.